

“Desafios do ensino a distância”

O empresário Steve Jobs, criador da Apple, afirmou que a tecnologia tem grande influência no mundo contemporâneo. Sob essa ótica, no contexto brasileiro, tal perspectiva não se faz presente, uma vez que o ensino a distância enfrenta diversos problemas na sua implementação. Diante disso, faz-se necessário medidas interventivas para conter a questão, a qual é agravada devido não só pela precária infraestrutura digital brasileira, como também à desigualdade de acesso e adaptação da sociedade aos recursos digitais. Com isso, essa causa merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeira análise, vale salientar que segundo pesquisas do IBGE em 2019, relacionados à acessibilidade de internet, 33% dos brasileiros não possuem acesso, gerando uma exclusão dessa parte da sociedade aos recursos de ensino. Outro agravante para a dificuldade de implementação do EAD é a concentração do sinal e investimentos tecnológicos restritos apenas às grandes cidades, limitando o seu acesso na maioria das regiões. Nesse sentido, de acordo com o índice de Gine, medida que classifica o grau de desigualdade no país, o Brasil está entre as 10 nações mais desiguais no mundo.

Outrossim, sabe-se que esse problema está além da infraestrutura tecnológica brasileira, não apenas se concentra na disparidade socioespacial do acesso aos seus meios, como também está situada na negligência estatal quanto às políticas educacionais, criando uma população despreparada para usufruir dos meios tecnológicos. Nesse contexto, segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional, três em cada dez brasileiros são considerados analfabetos funcionais, tendo enormes divergências em situações básicas do dia a dia – refletindo numericamente o pensamento crítico da população, o que exige uma postura governamental mais enfática.

Logo, medidas devem ser tomadas a fim de mitigar essa problemática. Para tanto, o Governo deve investir em regiões menos favorecidas economicamente, para proporcionar condições igualitárias de acesso aos meios tecnológicos, por meio de verbas governamentais. Além disso, compete ao Ministério da Educação, órgão responsável pelas políticas nacionais educativas, criar políticas midiáticas que promovam a importância e os benefícios do EAD, através de propagandas e, somado a isso, criar cursos digitais gratuitos para todos os cidadãos – com o intuito de promover maior taxa de inclusão digital na sociedade aos recursos digitais. Feito isso, o Brasil poderá gradativamente mudar o quadro exposto pelo índice de Gine.